

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.519.406 - RJ (2019/0164751-4)

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : MF CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA  
**ADVOGADA** : MARIA ESTTELA SILVA GUIMARÃES - RJ139141  
**AGRAVANTE** : MAURICIO FUKS  
**ADVOGADO** : JOSÉ RICARDO PEREIRA RIBEIRO - RJ066147  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

### DECISÃO

Trata-se de agravo, interposto por MAURICIO FUKS, em face de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto contra o v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

*Agravos internos. Apelações cíveis. Controvérsia envolvendo corretagem decorrente de contrato de compra e venda de bem imóvel. Sentença que julgou improcedente o pedido principal e deixou de acolher o pleito indenizatório por dano moral realizado de forma contraposta. Apelos de ambas as partes. Decisão monocrática que negou provimento aos recursos. Agravos internos que repisam os mesmos argumentos suscitados em seus recursos anteriores. Pretensões que não merecem prosperar. Inexistência de prova robusta acerca do ajuste para a alegada intermediação, tampouco de seu êxito. Exclusividade para a conclusão do negócio jurídico que não resultou comprovada, sendo inaplicável ao caso o artigo 726 do Código Civil. Contexto probatório produzido pelo réu que, ao contrário, demonstra a concretização do negócio por intermediação direta e útil de outro corretor de imóveis. Prova oral desnecessária ao deslinde da controvérsia, inexistindo nulidades a sanar. Pleito de indenização por dano moral, veiculado em pedido contraposto, que igualmente não merece prosperar. Recorrentes que não trazem argumentos suficientes para alterar a decisão ora agravada. Decisão que merece ser mantida. Improvimento dos agravos internos. (e-STJ, fl. 391)*

Embargos declaratórios rejeitados pelo acórdão de fls. 418-422.

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta violação ao art. 86 do NCPC, sustentando, em síntese, que o ônus sucumbencial deve ser arcado integralmente pela recorrida, ante a sucumbência mínima do recorrente.

É o relatório.

Decido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

O recurso não prospera.

No que tange à alegada violação ao art. 86 do NCPC, o STJ possui entendimento uniforme no sentido de que a análise da pretensão recursal sobre a distribuição do ônus da sucumbência, aplicação do princípio da causalidade e o valor dos honorários advocatícios demanda o reexame do conjunto fático-probatório, o que é inviável nesta via especial, ante o teor da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

*"TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. CONCLUSÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.*

*1. O Tribunal de origem firmou seu entendimento no sentido de que foi a ora agravante quem deu causa ao ajuizamento da demanda, pois "assumiu expressamente a responsabilidade pelo equívoco quando do enquadramento do produto comercializado pela empresa" (fl. 1.182).*

*2. A alteração destas conclusões, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.*

*3. É de se destacar que "...tendo o Tribunal de origem, que é soberano no exame de matéria fática, decidido pela condenação da parte ré em honorários advocatícios com base no princípio da causalidade, qualquer conclusão em sentido contrário, objetivando reformar o acórdão recorrido, pressupõe necessariamente o reexame dos elementos fático-probatórios dos autos, o que se revela inviável em sede de recurso especial, mesmo quando fundado o recurso em divergência jurisprudencial. Incidência das Súmulas 7 do STJ e 389 do STF." (AgRg no REsp 1414216/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 05/02/2014).*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no REsp 1455097/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/2015, DJe 13/10/2015)*

*"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTS. 113 E 1.245 DO CC. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. CONCLUSÃO DO JULGADO FUNDADO EM FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

1. Inexistem violação aos arts. 20 e 535 do CPC, pois o julgado está devidamente fundamentado, expondo de maneira clara e objetiva os fundamentos que embasaram a conclusão estadual, não sendo necessário que aquela Corte tivesse analisado um a um os fundamentos expendidos pela parte.

2. A análise da pretensão recursal sobre a distribuição do ônus da sucumbência, aplicação do princípio da causalidade e o valor dos honorários advocatícios demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, o que é inviável nesta via especial. Incidência da Súmula 7/STJ.

(...)

5. Agravo regimental não provido." (AgRg no AREsp 702.490/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 25/08/2015, DJe 28/08/2015)

**"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. HONORÁRIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

1. O acolhimento da pretensão recursal, a fim de rever os fundamentos do acórdão estadual que afastou a necessidade da produção de provas demandaria o reexame do conjunto probatório, o que é vedado na instância especial, segundo dispõe a Súmula 7/STJ.

2. O reexame dos critérios fáticos, sopesados de forma equitativa e levados em consideração para fixar os honorários advocatícios, em princípio, é inviável em sede de recurso especial, nos termos da jurisprudência dominante desta Corte. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AREsp 460.772/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/04/2014, DJe 28/04/2014)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 09 de setembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO  
Relator